

# RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E ENSINO RELIGIOSO NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANÁ DE 2007 A 2016: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES

Maritana Drescher da Cruz<sup>1</sup>  
maritana.historia@gmail.com  
Lucimar Rosa Dias<sup>2</sup>  
lucimardias1966@gmail.com

478

## RESUMO

Os modos pelos quais o ensino religioso se estrutura nos sistemas de ensino brasileiro é um tema que vem sendo debatido por muitas estudiosas e estudiosos, pois considera-se que há um desafio neste quesito ao cumprimento constitucional de uma educação laica e o respeito a diversidade religiosa do país. Neste sentido, este artigo apresenta uma análise sobre como são abordados os conteúdos relacionados às religiões de matriz africana no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE-PR), entre os anos 2007 a 2016, em conformidade com Lei de Diretrizes e Bases da Educação no que diz respeito ao Art. 26-A. Foram selecionados todos os artigos que faziam referência a religiões de matriz africana, em especial, ao Candomblé e a Umbanda, que foram categorizados para posterior análise de conteúdo. Dessa seleção inicial, 17 artigos foram analisados, e, sobre eles, pode-se inferir que apresentaram discussões acerca da relevância histórica e cultural das Religiões de Matriz Africana e a importância de abordá-las no contexto escolar, em contrapartida, um artigo corroborou para reprodução do racismo religioso. E, por fim, registraram-se dois pontos relevantes em relação aos estudos, primeiro foram os artigos com a baixa qualidade teórica, e depois, os que anunciaram discutir um tema, porém não entregaram tal discussão. Finalizando esta pesquisa concluímos que o PDE ainda se apresenta como um mecanismo frágil na questão da abordagem do Ensino Religioso em relação às Religiões de Matriz Africana, pois o número de trabalhos que abordam essas temáticas interseccionadas ainda é pouco expressivo ou de baixa relevância diante da importância da temática.

**Palavras-chave:** Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná; Ensino Religioso; Religiões de Matriz Africana; Formação de professores(as).

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo compreender como o Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná (PDE-PR) contempla as religiões de Matriz Africana. Os materiais consultados para essa pesquisa estão disponíveis no portal da Secretaria Estadual de Educação

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação na UFPR, integrante do grupo de pesquisa e estudo Erê Yà. Atua como professora da rede estadual de educação do Paraná.

<sup>2</sup> Doutora. Coordenadora do ErêYá- Grupo de Estudos em Educação para as Relações Étnico-Raciais. Membro do NEAB- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro –UFPR - Programa de Pós-Graduação - PPGE/ UFPR - Linha Diversidade, Diferença e Desigualdade Social, Departamento de Planejamento e Administração - DEPLAE/Setor Educação

(SEED-PR) e foram produzidos entre os anos 2007 a 2016.

Esse programa era estruturado em quatro etapas, distribuídas ao longo de dois anos. No primeiro ano, a professora ou o professor era liberado de sua carga horária em sala de aula para cursar as disciplinas e trabalhar sob orientação de uma professora ou professor de Instituições Ensino Superior (IES). Após o cumprimento das disciplinas, a segunda etapa consistia na construção e apresentação do projeto.

No segundo ano, voltava-se para sala de aula, com carga horária reduzida em 25%. A terceira etapa se iniciava neste mesmo ano do programa, quando duas atividades deveriam acontecer paralelamente: aplicação do projeto desenvolvido com seus estudantes e na sua escola de atuação; e um curso que recebeu o nome de *Grupo de Trabalho em Rede GTR* – uma das atividades propostas pelo programa que se caracterizava pela interação a distância entre docente PDE e demais professoras e professores da rede pública estadual de ensino. Esta etapa tinha como objetivo contribuir para um embasamento teórico e prático, visando à promoção de ações pedagógicas relevantes para o ensino e a aprendizagem, a partir dos desafios identificados na escola de origem e discutidos com seus pares no processo de implementação e socialização GTR.

A última etapa consistia na escrita de um artigo científico e um material didático, nas áreas de conhecimento nas quais estiveram envolvidos os estudos das professoras e dos professores no período de sua formação continuada no Programa. Essas produções didáticas e científicas eram frutos do diálogo entre Ensino Superior e a Educação Básica paranaense, visto que participantes do PDE, em aliança com seus pares na escola, realizavam estudos, seminários e cursos, além de serem orientados por docentes das IES do Estado. Portanto, professor e professora PDE seriam capazes de produzir e implementar suas intervenções didático-pedagógicas. Sendo o artigo científico a produção final desse processo de formação continuada.

Esses conteúdos escritos por essas professoras e esses professores – artigos e materiais didáticos pedagógicos – foram compilados por data de publicação (ano) e organizados na série CADERNOS PDE: "Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE" e estão disponíveis no *site*<sup>3</sup> da Secretaria de Estado de Educação (SEED)

No último processo de PDE 2018-2019, houve uma reformulação do programa em

---

3. O referido material está disponível para buscas on-line por autor ou palavra-chave, possibilitando pesquisa nas 13 disciplinas do currículo da Educação Básica e nas áreas de Pedagogia, Gestão Escolar, Educação Especial e Disciplinas Técnicas/Educação Profissional: [http://s.busca.pr.gov.br/search?site=educacao\\_collection&btnG=Buscar&client=educacao\\_frontend&output=xml\\_no\\_dtd&proxystylesheet=educacao\\_frontend&sort=date%253AD%253AL%253Ad1&oe=UTF-8&ie=UTF8&ud=1&exclude\\_apps=1&tlen=100&filter=0&sitesearch=educadores.diaadia.pr.gov.br&q=material+PDE](http://s.busca.pr.gov.br/search?site=educacao_collection&btnG=Buscar&client=educacao_frontend&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=educacao_frontend&sort=date%253AD%253AL%253Ad1&oe=UTF-8&ie=UTF8&ud=1&exclude_apps=1&tlen=100&filter=0&sitesearch=educadores.diaadia.pr.gov.br&q=material+PDE)

relação às edições anteriores, a partir dessa edição só poderiam realizar o PDE aqueles que possuíssem mestrado e/ou doutorado, exigência que não era feita anteriormente. Para, além disso, reduziu-se o tempo significativamente de dois anos para seis meses e sem licença do magistério. Nessa versão, não precisariam produzir o GTR, nem aplicar o projeto na escola.

O curso foi aplicado na modalidade de educação à distância, e em tempos de governos neoliberais que entendem que um “curso de formação a distância é um meio rápido e menos oneroso ao Estado” conforme explica Caron (2016, p.46). Perdeu-se o vínculo entre professores e professoras da educação básica e docentes das Instituições de Ensino Superior, pois a orientação era realizada por um membro atuante da Secretaria Estadual de Educação (SEED-PR). Diante do exposto, entendemos que as primeiras versões eram mais completas.

Interessa-nos compreender as contribuições que os artigos trazem sobre as Religiões de Matriz Africana, e diante do exposto, questiona-se como o PDE tematizou o Ensino Religioso e as religiões de Matriz Africana?

O interesse pela pesquisa justifica-se pelo número crescente de práticas de racismo religioso, que, geralmente, implicam momentos de tensão e violência, transpondo, muitas vezes, os muros da escola onde encontram terreno fértil para se autoafirmarem e se propagarem. Parte desse fenômeno pode-se atribuir a falta de formação adequada de docentes para mediar tais situações, um grande número desses profissionais se omite, por vezes, até endossam tais situações. Nessa perspectiva, entende-se que um passo na direção ao combate efetivo desse problema está nos processos de formação docente para superação da reprodução de práticas racistas, nesse caso, especialmente, o racismo religioso que exige reflexão imprescindível sobre como os processos formativos nesta área estão ocorrendo.

Adotou-se nesta pesquisa a abordagem metodológica qualitativa e foram usados os seguintes procedimentos: pesquisa dos documentos escritos por professoras e professores PDE e observação da oficina de formação ofertada pela SEED no dia 04 de fevereiro de 2020, intitulada “Ensino Religioso: Novas tecnologias, metodologias ativas e *MóBILE Learning*”.

Os documentos PDE analisados foram coletados no *site* da (SEED-PR) usando as palavras de busca “Religiões de matriz africana” e resultou em 431 arquivos, dos quais foram selecionados apenas os que mencionavam as religiões de matriz africana em seus títulos ou resumos. Desse filtro, resultaram trinta e cinco (35) documentos, dentre eles, fizemos outro recorte, optando pela análise apenas dos que foram nomeados pela SEED como artigos.

## **2 O ENSINO RELIGIOSO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E**

## PROFESSORES

Formação é a ação de formar, criar dando formas. A professora ou o professor contribui para formação de seus estudantes, mas quem forma a professora ou o professor? Para pensar em formação de professores, foi adotado o conceito de formação como *continuum*, ou seja, como um processo que se inicia no começo da vida escolar e se estende durante toda a vida profissional docente. Nas palavras de Marli André (2010, p.176) “a formação docente tem que ser pensada como um aprendizado profissional ao longo da vida, assim sendo formação docente como um continuum”, Francisco Imbernon (2010) e Antonio Nóvoa (2001) também corroboram com essa afirmação. |

481

O Ensino Religioso também foi assegurado na BNCC (Base Nacional Curricular Comum), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2017. Esse documento deve nortear a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Municípios e Estados bem como das propostas pedagógicas das instituições escolares. Em consonância com a Constituição, a oferta será obrigatória, na grade horária, entretanto de matrícula facultativa.

Para construção da Base, foram levantadas mobilizações e discussões nas diferentes disciplinas até se alcançar o texto final. Entretanto, o Ensino Religioso ficou de fora dessas discussões, pois havia sido retirado do texto da BNCC nas versões preliminares, mas, de forma improvada, o CNE reinsertiu o apesar de sua estrutura ter sido reprovado nas versões anteriores, isso é uma contradição e que deve ser estudada e questionada em outro artigo.

O Ensino Religioso está presente ao longo dos nove anos do Ensino Fundamental e compete ele abordar conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. A abordagem deve contemplar as diversas culturas e tradições religiosas, pois a escola é espaço para se aprender e promover reflexões sobre as diferentes experiências religiosas praticadas pelas pessoas da sua comunidade, bem como por outras culturas, nem sempre conhecidas pelo grupo. O ambiente educacional deve colaborar para que as pessoas respeitem as múltiplas crenças existentes, bem como, compreendam que existe também um espaço para quem não tem nenhuma filiação religiosa. Portanto, é papel da escola desnaturalizar o racismo religioso com as religiões de Matriz Africana. Nesse sentido, corrobora-se com Nilma Lino Gomes (2007, p.25) quando diz que “falar sobre diversidade e diferença implica posicionar-se contra processos de descolonização e dominação”.

Apesar de a escola pública ser juridicamente laica, as práticas cotidianas valorizam sobremaneira a cultura judaico-cristã em detrimento de outras manifestações religiosas.

Percebe-se assim que um dos entraves para efetivação desse princípio constitucional está justamente na formação de professoras e professores que atuam nesta área.

A falta ou precariedade dos programas de formação continuada voltada para essas questões provocam uma distorção naquilo que se espera do Ensino Religioso em uma perspectiva laica. Com isso, algumas crenças são consideradas anômalas, sobretudo aquelas originadas da Matriz Africana. Nessa direção, entende-se que um passo para o combate efetivo do racismo religioso está na organização dos processos de formação docente.

O parecer do Conselho Nacional de Educação CNE n.097/99, aprovado em 04 de abril de 1999, sobre Formação de professores para o Ensino Religioso nas escolas públicas de ensino fundamental, resolve que cabe aos estados e municípios a decisão e organização de seus currículos e conteúdos, assim como as definições dos cursos e normas que habilitem a admissão de professoras e professores, devendo respeitar as devidas normas para a habilitação. Geralmente, o que se exige minimamente para lecionar nos anos iniciais do Ensino Fundamental é uma habilitação para magistério em nível médio. Para o exercício da docência nos anos finais do Ensino Fundamental, geralmente assumem os graduados em licenciaturas como Ciências da Religião, em poucos casos, a maioria da formação fica a cargo de professores formados nas áreas de filosofia, sociologia, história e pedagogia, a depender dos sistemas de Ensino de cada Município e Estado.

Não pretendemos nos debruçar, neste momento, sobre essas escolhas, mas questionamos a autorização de docentes de outras áreas do conhecimento poderem assumir aulas de Ensino Religioso, visto que em contrapartida, nas demais disciplinas, para se lecionar é preciso formação específica.

### **3 O ENSINO RELIGIOSO NO ESTADO DO PARANÁ E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES**

A partir da implementação da BNCC, o Estado do Paraná, em aliança com a base, definiu os objetivos de aprendizagens para os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, produzindo o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações. Desse processo, o Estado apresenta o seu Currículo Referencial de Educação do Paraná (CREP). Nesse documento, encontramos aporte para revisar os currículos e os Planos de Trabalho Docente (PTD). Temos sugestões de conteúdos a serem abordados em cada componente curricular que são apresentados em forma de tabelas, de maneira bem sugestiva,

divididos em bimestres e trimestres, buscando amparar e delinear o trabalho de realizar o PTD.

A BNCC traz o Ensino Religioso permeando todos os anos do Ensino Fundamental. Porém a SEED-PR optou por manter na matriz curricular a mesma oferta apenas nos 6º e 7º anos, como já se realizava anteriormente. Os encaminhamentos propostos no Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) de Ensino Religioso dialogam com a BNCC estando de acordo com Deliberação nº 03/18, no Art. 22., e a Resolução CNE/CP n.º 02/17”, que garantem os objetivos da aprendizagem de acordo com as áreas do conhecimento.

Em situações nas quais estudantes sejam transferidos de sistemas diferentes do público estadual ou oriundos de outros estados ou ainda de outros países e que a matriz curricular seja diferente da adotada pelo Paraná, ou ainda não cursasse essa disciplina, orienta-se que as instituições assegurem os direitos e objetivos de aprendizagem a esses estudantes, ofertando a realização da disciplina na escola de matrícula em contraturno ou em uma instituição mais próxima de sua residência.

A partir da Lei 9.394/96, passa-se a discutir de maneira sistemática a profissionalização docente, mas ainda existia uma indefinição sobre as normas para habilitação de professores e professoras, deixando a cargo dos próprios sistemas de ensino, afirma Péricles Junior (2017), assim considera-se que o Ensino Religioso não tem requisitos uniformes para admissão profissionais habilitados a lecionar esta disciplina.

No Paraná, segundo a Deliberação N.º 01/06, para assumir aulas do Ensino Fundamental, nas séries iniciais exige-se graduação em Pedagogia com habilitação para o magistério superior, graduação em curso Normal Superior, habilitação em curso de nível médio-modalidade Normal, ou equivalente. E para assumir aulas dos anos finais do Ensino Fundamental exige-se a formação em áreas das ciências humanas como Filosofia, História, ciências sócias e Pedagogia com especialização em Ensino Religioso.

As mantenedoras desenvolverão programas de formação de docentes para o ensino religioso, no caso do Paraná a Associação Inter-Religiosa (ASSINTEC), em parceria com a Secretaria Estadual de Educação SEED-PR, realiza as formações dos docentes da rede.

A ASSINTEC foi fundada em 1973 para abordar processos sobre o Ensino Religioso escolar, com o decorrer dos anos transformações foram feitas para atender às demandas de cada período histórico. Ela colabora, com as secretarias de Educação Municipais e Estadual do Paraná, para a promoção do Ensino Religioso sem proselitismo e respeitando as diversidades religiosas. Diversas religiões compõem a ASSINTEC e dialogam na contribuição para construção de material didático e para subsidiar o trabalho pedagógico da disciplina. A associação também busca promover o respeito por todas as religiões, bem como pelos

indivíduos que não professam religião.

O número de professores e professoras que lecionam o Ensino Religioso pode variar de ano para ano, pois lhes é atribuído no primeiro momento suas aulas de disciplina de formação e concurso. Após essas 20 horas/aula abre-se a possibilidade para a complementação ou aumento de carga horária o Ensino Religioso. Assim sendo quem ensina essa disciplina possui formação em outras áreas e acabam buscando a formação para lecionar essa disciplina após a atribuição das aulas. A partir da experiência na docência na rede que evidenciamos que formação para o exercício dessa disciplina acontece na prática, aprende-se fazendo. Nesse contexto, corroboramos com Hagemeyer (2004), a formação de professores se dá na prática cotidiana e no contato com demais professores e professoras da área, da escola e durante sua carreira.

Da experiência dessa professora e pesquisadora, os cursos de formação continuada ofertados pela SEED-PR, nos últimos cinco anos, que permeiam essa disciplina restringiram-se naqueles subsidiados pela a ASSINTEC. Promoveram-se visitas técnicas em espaços sagrados tais como, mesquitas, igrejas, terreiros e outros templos religiosos. Nessas visitas, escutamos sobre as crenças religiosas a partir da ótica de um líder daquela religião em questão.

A partir da observação da oficina “Ensino Religioso: Novas tecnologias, metodologias ativas e *MóBILE Learning*” que reuniu onze professores e professoras que atuam em escolas estaduais no Município de Colombo, percebeu-se que para além do tema proposto no título, foi apresentado também o novo Currículo Referencial de Educação do Paraná CREP. Durante a oficina, abriu-se espaço para que docentes se posicionassem com relação à formação, expondo seus anseios de dificuldade ao lecionar. A partir do novo CREP, apresentado aos docentes, surgiram alguns questionamentos e demandas sobre formação desses docentes. Os mesmos solicitam que a mantenedora ofereça mais cursos como essa oficina ou cursos não presenciais.

Eles relataram ainda a dificuldade de abordar a Matriz Africana. Para alguns. A dificuldade de trabalhar este tema está na falta de conhecimento para abordá-las e dessa maneira solicitam a SEED-PR formação específica para tratar tais religiões de maneira adequada. Uma das professoras diz que desconhece tais religiões como Umbanda e Candomblé e se sente insegura sobre o tema. Outra dificuldade está na recepção e na falta de entendimento da comunidade escolar, que, em grande número, são estudantes adeptos de igrejas neopentecostais e quando se introduz conteúdos relacionados a essas religiões os responsáveis vêm à escola para reclamar e alguns docentes se sentem contestados. Percebemos nas falas que esse assunto gera tensões, nas quais os mesmos preferem não tocar.

Assim, concordamos com Caron (2017) que é preciso docentes habilitados para

trabalhar com esta disciplina sempre com um diálogo aberto de respeito à diversidade cultural religiosa do povo brasileiro, com uma linguagem acolhedora e de respeito. Sabemos que a temática da formação para o Ensino Religioso é multifacetada e nos interessou investigar se no PDE esta preocupação com as religiões de Matriz Africana se fazia presente, sendo esta a discussão que faremos a seguir.

#### 4 O ENSINO RELIGIOSO NOS ARTIGOS DO PDE

485

Os artigos produzidos por professores e professoras que concluíram o PDE estão disponíveis no Portal Dia-a-dia Educação, dispostos por ano de conclusão, iniciando em 2007, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013, 2014 e 2016, sobre o último PDE, realizado em 2019, o material não foi disponibilizado. Foi utilizado o descritor “Religiões de matriz africana”, a partir dessas palavras, o site informou que existem aproximadamente 431 resultados entre artigos e matérias pedagógicos. Eles estão divididos por áreas de conhecimentos e disciplinas. Localizamos 222 em História, Língua Portuguesa 45, Pedagogia 34, Educação Física 23, Geografia 21, Arte 19, Matemática 16, Gestão escolar 9, Ciências 6, Formação de docentes 4, LEM 4, Sociologia 3, Biologia 2, Educação Especial 2 e Física 1.

A partir desse resultado, fizemos um novo recorte, optando pela análise dos artigos, pois eles são apresentados ao final do PDE como resultado do processo de estudo. Por fim, para análise deste trabalho foram selecionados os que traziam em seus títulos, resumos ou palavras-chave menção às Religiões de Matriz Africana, totalizando 17 artigos analisados. São eles:

AUTOR	ANO	IES	SEXO-GÊNERO	TÍTULO	PALAVRA CHAVE	ORIENTADOR(A)
BIANCA, Valmir	2007	UFPR	Masculino	O legado religioso dos Afro-descendentes na Formação Histórico Cultural Brasileira: Possibilidades para o ensino de História	Afro-descendentes, legado, ensino de história	Prof.ª Dr.ª Nadia G. Gonçalves,
FERREIRA, Miriam de Fatima	2008	UEM	Feminino	A Cosmologia do Candomblé	Cosmologia. Iorubas. Ilê-Ifé. Candomblé Kêtu. Orixás.	Prof. Dr. José Henrique Rollo Gonçalves
PEREIRA, Cliceu Antunes	2009	FAFIPAR	Masculino	A natureza religiosidade no contexto das culturas negras e sua apreensão nos meios escolares.	Afrodscendentes; educandos; Candomblé; cultura africana; religiões; Umbanda.	Prof.ª Dr.ª Eulália Maria Aparecida de Moraes
LOPES, Leonice Tristão da Silva	2009	UENP	Feminino	O negro, processo de formação da cultura brasileira e o ensino da História	Não apresenta palavras -chave	Prof. Dr. Roberto Carlos Macei

SOUZA, Mirian Romanichen de	2009	UNICENTRO	Feminino	As diferenças crenças do povo brasileiro.	Candomblé, Religiosidade, Cultura, Religião, Diversidade	Prof. Dr. Flamarion Laba da Costa
ORSI, Francisca Tereza	2009	UNIOESTE	Feminino	Religiosidade afro-brasileira em Cascavel-Paraná.	Cultura Afro-brasileira; educação; História; religiosidade.	Prof. Dr. Marcos N. Stein
MILANI, Noeli Zanatta	2010	UNICENTRO	Feminino	A escola a favor da diversidade: estratégias para trabalhar conteúdos didático de História com abordagens temáticas sobre as religiões .	Intolerância religiosa; estratégias pedagógicas; respeito às diferenças; aulas de História	Profa. Mestra Cerize Nascimento Gomes
MONTANHEIRO, Maria de Fátima Possa	2012	UENP	Feminino	Uma reflexão sobre as Religiões Afro-brasileira e sua abordagem nos livros didático de História	Cultura. Religiões afrobrasileiras. Legislação. Livros didáticos.	Prof. Dr. Alfredo Moreira da Silva Júnior
CARDOSO, Fábio de Oliveira	2013	UEM	Masculino	As música de Matinho da Vila (1972 á 1994 e o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira.	Ensino de história. Música. Cultura afro-brasileira. Matinho da Vila. PDE	Prof.ª Dr.ª Vanda Fortuna Serafim
FERNANDES, Isabel Cristina dos Santos	2014	UEM	Feminino	A cultura Afro-brasileira em foco: A Umbanda como conteúdo da prática cultural e religiosas no Ensino Médio do Município de Araruna/PR	Educação; Educação Física; Legislação Escolar; Cultura Afro-Brasileira; Religiosidade.	Prof.ª Dr.ª Vania de Fatima Matias de Souza
GARLINI, Dilma Rovais	2014-2015	UNIOESTE	Feminino	Candomblé e Umbanda: Mitos e verdades.	Mitos; Verdades; Escola; Ensino Religioso; Formação de professores.	Prof. Dr. Vilmar Malacarne
CHIELLA, Ivanete Vanzela Filippi	2014	UNIOESTE	Feminino	Candomblé e Umbanda na Escola.	Religiões Africanas; Candomblé; Umbanda; Equipe Multidisciplinar.	Prof. Dr. Vilmar Malacarne
BUENO, José Geraldo	2016	UEL	Masculino	Manifestações religiosas de matriz africana.	Religiões de matriz africana. Preconceito. Educação. Material de ensino.	Prof. Dr. Wander de Lara Proença
BRAZIEL, Márcia Cristina	2016	UEM	Feminino	Religiosidade e Cultura afro-brasileira no Paraná: Olhar Bibliográfico sobre o povo do Sutil	História do Paraná; Cultura Afro-Brasileira; Povo Sutil; Religiosidade.	Prof.ª Dr.ª Vanda Fortuna Serafim
JARDIN, Edison Donizetti Rodrigues	2016	UNESPAR	Masculino	Candomblé expressão da cultura e religiosidade do Nero no Brasil.	Não possui palavras - chave	Não consta nome do orientador(a)
AUGUSTO, Marcos Cesar	2016	UNICENTRO	Masculino	Cultura religiosas afro-brasileira no Município de Clevelândia-PR	Sociedade; Cultura; Religião; Afro-Brasileira.	Prof.ª Dr.ª Maria Paula Costa
PIAIA, Eliade	2016	UNIOESTE	Feminino	A presença de confissões religiosas toleradas, mas não reconhecidas pela sociedade cascavelense: Umbanda e Candomblé:	Religiosidade; Cultura Afro-Brasileira; Lei nº 10.639/03.	Prof.ª Dr.ª Carla Cristina Nacke Conradi

A partir dos artigos selecionados, realizamos uma análise, buscando identificar a partir dos seguintes critérios: 1. Artigos que contribuíram para o conhecimento das Religiões de Matriz Africana no Ensino Religioso. 2. Artigos que contribuíram para o conhecimento das Religiões de Matriz Africana em outras disciplinas 3. Artigos que reproduziram o racismo

religioso e/ou artigos desprimorosos.

Com a leitura e análise identificou-se que a discussão vem sendo feita desde o primeiro ano do PDE, em 2007, até a última versão publicada em 2016. Desses estudos, onze (11) foram escritos por professoras e seis (6) por professores.

Identificamos dois (02) trabalhos que dialogaram diretamente com a disciplina de Ensino Religioso, o de Dilma Rovais Garlini intitulado: “Candomblé e Umbanda: Mitos e verdades.” e de Ivanete Vanzela Filippi Chiella “Candomblé e Umbanda na Escola”, nota-se que, nesses casos, as duas professoras se aproximam nos seus títulos, bem como aplicam seus projetos na mesma escola e sob orientação do mesmo professor. Chiella (2014) elenca que, na comunidade escolar, existem desconfianças de que a escola durante as aulas de Ensino Religioso esteja pregando outras crenças diferentes das adotadas por seus responsáveis. Diante disso, compreendemos a importância de trazer a multiplicidade de manifestações e crenças religiosas e deixando evidente a essa comunidade escolar a importância de conhecermos e respeitarmos as diversas religiões e entre elas as de matriz africana.

Os demais abriram uma discussão mais específica com a disciplina de História. Um (01) artigo com a disciplina de Educação física, este nos chamou atenção pela proposição corajosa da professora Isabel Cristina dos Santos Fernandes, pois sugere uma visita a um terreiro de Umbanda “os professores foram direcionados à Tenda Espírita de Umbanda Pai Pedro Servino de Angola por meio de visita, para relacionar a realidade constatada no conteúdo” (FERNANDES, 2014, p.7).

Os trabalhos trazem uma preocupação em comum, o cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08 e levantam as dificuldades e a negação de fazer-se cumprir. Mas em comum trazem os anseios de seus pares por formação, sobretudo no que tange as religiões supracitadas. Segundo Bueno (2016), para respeitar as leis referidas, alguns professores e professoras impõem barreiras, com desculpas como, desconhecimento da lei, falta de referencial ou receio das tensões que podem surgir com a comunidade escolar. Elencam o desconhecimento do corpo docente acerca dessa temática, afirma Francisca Orsi “fiquei bastante preocupada com as colocações feitas pela equipe pedagógica do Colégio, pois percebi como eram limitadas as informações sobre a cultura africana e principalmente em relação à religiosidade afro-brasileira” (ORSI, 2009, p.11). Elencam o desconhecimento do corpo docente acerca dessa temática, afirma Francisca Orsi “fiquei bastante preocupada com as colocações feitas pela equipe pedagógica do Colégio, pois percebi como eram limitadas as informações sobre a cultura africana e principalmente em relação à religiosidade afro-brasileira” (ORSI, 2009, p.11). Entretanto, entendemos que a justificativa de falta de referencial após quase duas décadas não

se sustenta, acreditamos que o racismo religioso é o grande desafio a ser superado.

Já em outros artigos autoras e autores anunciam no título e/ou no resumo conteúdos que não corresponderam com o apresentado no corpo do texto. Evidenciou-se em vários trabalhos a retomada do passado escravocrata, antes de adentrar ao assunto que traziam em seus títulos e resumos e outros que não desenvolveram o que seus títulos prometiam.

Em alguns artigos desprimorosos, foram identificados conteúdos sem fundamentação teórica, sem citar a referência e/ou fonte. Entendemos que o artigo escrito por Miriam de Fátima Ferreira desinforma e corrobora com o racismo religioso, como no trecho a seguir que ela faz referência à imolação de animais, “às vezes o sangue humano figura entre os tipos de sangue oferecidos, mas, porém não há que reduzir esses sacrifícios humanos a uma vulgar antropofagia” (FERREIRA, 2008, p. 8).

Portanto, alguns desses trabalhos não têm qualidade teórica e salienta-se a necessidade de mais cuidado em abordar o assunto tão delicado, pois equívocos na escrita podem gerar e reforçar o racismo religioso.

## **5 CONCLUSÕES**

Chegamos a algumas considerações que não se pretendem que sejam conclusivas. Quanto aos artigos de professores e professoras concluintes do PDE analisados, alguns deles contribuíram para levantar a discussão acerca da relevância histórica e cultural das Religiões de Matriz Africana sobretudo na disciplina de História, já um olhar mais direcionado para reflexão na disciplina de Ensino Religioso limitou-se a dois artigos. Alguns artigos reproduziram o racismo religioso, trazendo informações infundadas e que corroboram com essa forma de racismo que se apresenta nas escolas. E outra categoria identificada foram artigos com baixa qualidade teórica, pois não fica explícito as fontes que endossam a escrita dos autores. Poucos dos que se propunham falaram sobre religiões de Matriz Africana o fizeram. Porém levantaram de maneira sistemática o problema do racismo religioso no contexto escolar, evidenciando mais uma das frentes de resistências o combate a essa expressão do racismo.

Aquém de ser o ideal o PDE em busca de uma educação antirracista, percebemos um primeiro passo no esforço e na coragem dos professores e professoras da rede em trazer esse assunto à tona, buscando romper com o silenciamento imposto a essas crenças. Por fim, consideramos que o campo é fértil e apontamos outras possibilidades de analisar esses mesmos artigos ou outros buscando identificar e categorizar as temáticas recorrentes ou averiguar quais são as abordagens teóricas e metodológicas dominantes. Ou ainda sistematizar os materiais

didáticos e recomendá-los para implementação da lei 10.639/03.

## **AFRICAN-BASED RELIGIONS AND RELIGIOUS EDUCATION IN THE PARANÁ'S EDUCATIONAL DEVELOPMENT PROGRAM FROM 2007 TO 2016: CHALLENGES IN TRAINING TEACHERS**

489

### **ABSTRACT**

The ways in which Religious Education is structured in Brazilian Educational Systems is a topic that has been debated by many teachers, because it is considered that there is a challenge in this regard to the constitutional right of a secular education and also regarded to the respect for the religious diversity of the country. In this sense, this article presents an analysis of how the contents related to African-based Religions are managed in the Educational Development Program (EDP-PR), from 2007 to 2016, in accordance with the Law of Guidelines and Bases for Education regarding the 26th-A Article. All articles referring to African originated Religions were selected, in particular Candomblé and Umbanda, and they were categorized for further content analysis. From this initial selection, 17 articles were analyzed, and, on them, it can be inferred that they presented discussions about the historical and cultural relevance of African-based religions and the importance of talk about them in the school context. On the other hand, an article corroborated for the reproduction of religious racism. Finally, two relevant points were registered in the researches: first, it was the articles with low theoretical quality, and then, those that announced to discuss a topic, but did not deliver such discussion. Concluding this research, we can affirm that the Educational Development Program still is a fragile mechanism regarding to the approach of Religious Education in schools, specially in relation to the African-based Religions, because the number of works that address these intersected themes is still not very expressive or have low relevance despite this important thematic.

**Keywords:** Paraná's Educational Development Program; Religious Education; African-based Religions; Teacher Training.

### **REFERÊNCIAS**

ANDRÉ, M. D. A. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos, **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, set./dez. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8075>. Acesso em: 27 fev. 2020.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 01 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 03 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, mar. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm). Acesso em: 03 mar. 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf). Acesso em: 02 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer nº : CP 097/99**, de 06 de abril de 1999. Formação de professores para o Ensino Religioso nas escolas públicas de ensino fundamental. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp097\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp097_99.pdf). Acesso em: 14 abr. de 2020

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº2**, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE\\_CP222DEDEZE MBRODE2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZE MBRODE2017.pdf). Acesso em 14 abr. de 2020

BUENO, Geraldo José. Manifestações religiosas de matriz africana: Construção de Material de Ensino para Abordagem da História e Cultura Afro-Brasileira no Ambiente Escolar. In. PARANÁ; Secretaria de Estado da Educação; Programa de Desenvolvimento Educacional. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**: Produções didático-pedagógicas, 2016. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. Curitiba: SEED-PR, 2016. V. II Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_pdp\\_hist\\_uel\\_geraldojosebueno.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_hist_uel_geraldojosebueno.pdf). Acesso em: 02 mar. 2020.

CARON, Lurdes. **Formação de professores: das políticas públicas a compreensão do ensino religioso no Brasil**. São José: Icep, 2016.

CHIELLA, Ivanete Vanzela Filippi; MALACARNE, Vilmar. Candomblé e Umbanda na Escola: Cultura, história e origem das religiões de matriz africana. In. PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO; SUPERINTENDENCIA DA EDUCAÇÃO – SUED; DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS - DPPE PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - PDE. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**: Produções didático-pedagógicas, 2014. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. Curitiba: SEED-PR, 2014. V.1 Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_unioeste\\_hist\\_pdp\\_ivanete\\_vanzela\\_filippi\\_chiella.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unioeste_hist_pdp_ivanete_vanzela_filippi_chiella.pdf). Acesso em: 18 fev.2020.

FERNANDES, Isabel Cristina dos Santos;;SOUZA. Vania de Fatima Matias de. A cultura Afro-brasileira em foco: A Umbanda como conteúdo da prática cultural e religiosas no Ensino Médio do Município de Araruna/PR In. PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO; SUPERINTENDENCIA DA EDUCAÇÃO – SUED; DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS - DPPE PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - PDE. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**: Produções didático-pedagógicas, 2014. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. Curitiba: SEED-PR, 2014. V.1 Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_uem\\_edfis\\_artigo\\_isabel\\_cristina\\_dos\\_santos\\_fernandes.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uem_edfis_artigo_isabel_cristina_dos_santos_fernandes.pdf). Acesso em: 18 fev. 2020

FERREIRA, Mirian de Fátima. A Cosmologia do Candomblè In. PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO; SUPERINTENDENCIA DA EDUCAÇÃO – SUED; DIRETORIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS - DPPE PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - PDE. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**: Produções didático-pedagógicas, 2014. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. Curitiba: SEED-PR, 2008. V.1 Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_uem\\_edfis\\_artigo\\_isabel\\_cristina\\_dos\\_santos\\_fernandes.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uem_edfis_artigo_isabel_cristina_dos_santos_fernandes.pdf). Acesso em: 18 fev. 2020

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e Currículo. In: **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso em 30 ago. 2018.  
HAGEMEYER, Regina Cely de Campos. **Dilemas e desafios da função docente na sociedade atual: os sentidos da mudança Educar**, Curitiba, n. 24, p. 67-85, 2004. Editora UFPR. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-40602004000200004&lng=en&nrm=iso&tl](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602004000200004&lng=en&nrm=iso&tl). Acesso em 27 fev. 2020

IBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de professores**. Tradução de Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

JUNIOR, Péricles M. de A. Formação acadêmica do Ensino Religioso nas Instituições de Ensino Superior: De representante religioso a licenciado. In : JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; BRANDENBURG, Laude Erandi; KLEIN, Remi (org.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: vozes, 2017.

MONTANHEIRO, Maria de Fátima Possa. Uma reflexão sobre as religiões afrobrasileira e sua abordagem nos livros didáticos de História. In. PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL. **O Professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**: produções didático-pedagógicas. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. \_Curitiba: SEED-PR, 2012. V.1 Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2012/2012\\_uenp\\_hist\\_artigo\\_maria\\_de\\_fatima\\_possa.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_uenp_hist_artigo_maria_de_fatima_possa.pdf). Acesso em: 02 mar. 2020.

NÓVOA, A. Professora se forma na escola. Entrevista. **Nova escola**. Ed. 142, 01 de Mai. 2001. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/179/entrevista-formacao-antonio-nova>. Acesso em: 01 jul. 2019.

ORSI, Francisca Terezinha. Religiosidade Afro-brasileira em Cascavel-Paraná. In. PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL. **O Professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**: produções didático-pedagógicas, 2009. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. Curitiba: SEED-PR, 2009. V.1. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2009\\_unioeste\\_historia\\_md\\_francisca\\_tereza\\_or\\_si.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_unioeste_historia_md_francisca_tereza_or_si.pdf). Acesso em: 02 mar. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento De Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Ensino Religioso**. Paraná: Governo do Paraná; Secretaria de Estado da Educação, 2008.

PARANÁ. Deliberação n.º 03/18, de 22 de novembro de 2018. **Normas complementares que instituem o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, com fundamento na Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e orientam a sua implementação no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná**. Disponível em: [http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2018/deliberacao\\_03\\_18.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2018/deliberacao_03_18.pdf). Acesso em 14 abr. de 2020.

PARANÁ. Secretaria Educação e do Esporte Paraná. **Currículo da Rede Estadual Paranaense**. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/crep\\_2020/ensino\\_religioso\\_curriculo\\_rede\\_estadual\\_paranaense\\_diagramado.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/crep_2020/ensino_religioso_curriculo_rede_estadual_paranaense_diagramado.pdf). Acesso em: 14 abr. de 2020.

Recebido em 15 de abril de 2020. Aprovado em 08 de setembro de 2020.

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011.